



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Atos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO Nº 22 /2013

Disponibilização: 04 de novembro de 2013

Período abrangido: 21 de outubro a 01 de novembro de 2013

ÍNDICE TEMÁTICO

1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- **SEGURANÇA PÚBLICA**

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- **PESCAS E AQUICULTURA**

- **SEGURANÇA ALIMENTAR**

4. AMBIENTE

5. COMÉRCIO

6. COMUNICAÇÃO SOCIAL

7. CULTURA

8. DEFESA

9. DESPORTO

10. EDUCAÇÃO

11. EMPRESAS

- **EMPRESAS PÚBLICAS**

12. ENERGIA



13. FINANÇAS

- **BANCA**
- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**
- **PATRIMÓNIO DO ESTADO**

14. INDÚSTRIA

15. JOGOS DE FORTUNA E AZAR

16. JUSTIÇA

17. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

- **QUESTÕES CONSULARES**

18. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

19. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**

20. SAÚDE

21. TRABALHO

22. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **TRANSPORTES**
- **SEGURANÇA RODOVIÁRIA**

23. TURISMO E LAZER

- **LAZER**



1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- **SEGURANÇA PÚBLICA**

Decreto-Lei n.º 144/2013, de 21 de outubro
(Ministério da Administração Interna)

Procede à alteração (primeira alteração) do Decreto-Lei 34/2010, de 15 de abril, que define as regras que permitem a livre circulação de artigos de pirotecnia e estabelece os requisitos essenciais de segurança que esses artigos devem satisfazer tendo em vista a sua colocação no mercado, transpondo parcialmente a Diretiva n.º 2013/29/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de junho de 2013.

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Portaria n.º 721-A/2013, de 31 de outubro
(Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional - Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e da Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional)

Aprova o Programa de Rescisões por Mútuo Acordo dos trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris do Exército.

3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- **PESCAS E AQUICULTURA**

Portaria n.º 307/2013, de 21 de outubro
(Ministério da Agricultura e do Mar)

Altera (segunda alteração) o Regulamento de Aplicação do Regime de Apoio à Cessação Temporária das Atividades de Pesca por Motivos de Saúde Pública, aprovado pela Portaria n.º 1143/2008, de 10 de outubro.

Portaria n.º 308/2013, de 21 de outubro
(Ministério da Agricultura e do Mar)

Altera (sexta alteração) o Regulamento do Regime de Apoio aos Investimentos nos Domínios da Transformação e da Comercialização dos Produtos da Pesca e da Aquicultura, aprovado pela Portaria n.º 424-C/2008, de 13 de junho.



Portaria n.º 309/2013, de 21 de outubro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Altera (quarta alteração) o Regulamento do Regime de Apoio aos Investimentos Produtivos na Aquicultura, aprovado pela Portaria n.º 424-B/2008, de 13 de junho.

Portaria n.º 310/2013, de 21 de outubro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Altera (segunda alteração) o Regulamento do Regime de Apoio para a Atribuição de Compensações Sócio - Económicas não Renováveis para Efeitos de Gestão da Frota de Pesca, aprovado pela Portaria n.º 424-E/2008, de 13 de junho.

Portaria n.º 311/2013, de 21 de outubro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Altera (primeira alteração) o Regulamento do Regime Específico de Apoio à Pequena Pesca Costeira, aprovado pela Portaria n.º 823/2010, de 30 de agosto.

Portaria n.º 312/2013, de 21 de outubro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Altera (quarta alteração) o Regulamento do Regime de Apoio aos Investimentos a Bordo e Seletividade, aprovado pela Portaria n.º 424-F/2008, de 13 de junho.

Despacho n.º 13411/2013, de 21 de outubro

(Ministério da Agricultura e do Mar - Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.)

Prorroga a classificação da zona de produção de moluscos bivalves vivos da Lagoa de Óbidos (LOB) como classe B durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2013.

Portaria n.º 313/2013, de 22 de outubro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Altera (terceira alteração) o Regulamento do Regime de Apoio aos Investimentos nos Domínios do Desenvolvimento de Novos Mercados e Campanhas Promocionais, aprovado pela Portaria n.º 719-B/2008, de 31 de julho.

Portaria n.º 314/2013, de 22 de outubro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Altera (terceira alteração) o Regulamento do Regime de Apoio a Projetos Piloto e à Transformação de Embarcações de Pesca, aprovado pela Portaria n.º 723-A/2008, de 1 de agosto.

Portaria n.º 315/2013, de 22 de outubro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Altera (sétima alteração) o Regulamento do Regime de Apoio às Ações Coletivas, aprovado pela Portaria n.º 719-C/2008, de 31 de julho.

Portaria n.º 316/2013, de 22 de outubro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Altera (terceira alteração) o Regulamento do Regime de Apoio aos Investimentos em Portos de Pesca, Locais de Desembarque e de Abrigo, aprovado pela Portaria n.º 719-A/2008, de 31 de julho.



Portaria n.º 317/2013, de 22 de outubro
(Ministério da Agricultura e do Mar)

Altera (terceira alteração) o Regulamento do Regime de Apoio da medida «Desenvolvimento sustentável das zonas de pesca», aprovado pela Portaria n.º 828-A/2008, de 8 de agosto.

Portaria n.º 318/2013, de 22 de outubro
(Ministério da Agricultura e do Mar)

Altera (segunda alteração) o Regulamento do Regime de Apoio à Proteção e Desenvolvimento da Fauna e da Flora Aquática, aprovado pela Portaria n.º 227/2009, de 27 de fevereiro.

- **SEGURANÇA ALIMENTAR**

Decreto-Lei n.º 150/2013, de 24 de outubro
(Ministério da Agricultura e do Mar)

Transpõe a Diretiva n.º 2013/20/UE, do Conselho, de 13 de maio de 2013, que adapta determinadas diretivas no domínio da segurança dos alimentos e da política veterinária e fitossanitária, devido à adesão da República da Croácia, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 210/2000, de 2 de setembro, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 163/2005, de 22 de setembro.

4. AMBIENTE

Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro
(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental (AIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2011/92/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente.

5. COMÉRCIO

Decreto-Lei n.º 144/2013, de 21 de outubro
(Ministério da Administração Interna)

Procede à alteração (primeira alteração) do Decreto-Lei 34/2010, de 15 de abril, que define as regras que permitem a livre circulação de artigos de pirotecnia e estabelece os requisitos essenciais de segurança que esses artigos devem satisfazer tendo em vista a sua colocação no mercado, transpondo parcialmente a Diretiva n.º 2013/29/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de junho de 2013.



Decreto-Lei n.º 148/2013, de 24 de outubro
(Ministério da Economia)

Transpõe parcialmente a Diretiva n.º 2013/15/UE, do Conselho, de 13 de maio de 2013, que adapta determinadas diretivas no domínio da livre circulação de mercadorias, devido à adesão da República da Croácia.

Decreto-Lei n.º 149/2013, de 24 de outubro
(Ministério da Economia)

Procede à alteração (primeira alteração) do Decreto-Lei n.º 26/96, de 23 de março, que transpõe para o direito interno a matéria contida na Diretiva n.º 94/11/CE, de 23 de março, do Parlamento Europeu e do Conselho, respeitante à rotulagem do calçado. Transpõe parcialmente as Diretivas n.ºs 2013/15/UE, do Conselho, de 13 de maio de 2013 e 2006/96/CE, do Conselho, de 20 de novembro de 2006, que adaptam determinadas diretivas no domínio da livre circulação de mercadorias, em virtude da adesão da Croácia, da Bulgária e da Roménia e adapta a ordem jurídica nacional às alterações introduzidas pelo Ato relativo às condições de adesão da República Checa, da República da Estónia, da República de Chipre, da República da Letónia, da República da Lituânia, da República da Hungria, da República de Malta, da República da Polónia, da República da Eslovénia e da República Eslovaca à União Europeia.

6. COMUNICAÇÃO SOCIAL

Despacho n.º 13681/2013, de 28 de outubro
(Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional)

Determina a criação e constituição da Comissão de Acompanhamento da Reforma do Setor Audiovisual.

Despacho n.º 13878/2013, de 31 de outubro
(Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional)

Torna pública a lista dos acontecimentos que devem ser qualificados de interesse generalizado do público, devendo o seu acesso ser facultado pelos adquirentes dos respetivos direitos exclusivos que emitam em regime de acesso condicionado ou sem cobertura nacional aos operadores interessados na sua transmissão televisiva que emitam por via hertziana terrestre com cobertura nacional e acesso não condicionado.

7. CULTURA

Declaração de Retificação n.º 46/2013, de 31 de outubro
(Presidência do Conselho de Ministros – Secretaria - Geral)

Retifica o Decreto-Lei n.º 132/2013, de 13 de setembro, da Presidência do Conselho de Ministros, que estabelece o regime de constituição e funcionamento do Conselho Nacional de Cultura e das suas secções especializadas, publicado no Diário da República n.º 177, 1.ª Série, de 13 de setembro de 2013.



8. DEFESA

Despacho n.º 13692/2013, de 28 de outubro
(Ministério da Defesa Nacional - Gabinete do Ministro)

Determina a publicação da diretiva sobre a orientação para a política de Ciberdefesa.

9. DESPORTO

Portaria n.º 326/2013, de 01 de novembro
(Presidência do Conselho de Ministros)

Define os aspetos relativos às ações de formação contínua de treinador de desporto.

10. EDUCAÇÃO

Despacho n.º 13412/2013, de 21 de outubro
(Ministérios da Agricultura e do Mar, da Saúde e da Educação e Ciência - Gabinetes dos Secretários de Estado da Agricultura, Adjunto do Ministro da Saúde e do Ensino Básico e Secundário)

Determina a ajuda respeitante a distribuição gratuita de frutas e produtos hortícolas aos alunos do 1.º ciclo dos estabelecimentos de ensino público, para o ano letivo 2012/2013.

Despacho n.º 13413/2013, de 21 de outubro
(Ministérios da Agricultura e do Mar, da Saúde e da Educação e Ciência - Gabinetes dos Secretários de Estado da Agricultura, Adjunto do Ministro da Saúde e do Ensino Básico e Secundário)

Determina a ajuda respeitante a distribuição gratuita de frutas e produtos hortícolas aos alunos do 1.º ciclo dos estabelecimentos de ensino público, para o ano letivo 2013/2014.

Decreto-Lei n.º 146/2013, de 22 de outubro
(Ministério da Educação e Ciência)

Procede à 12.ª alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho.

Decreto-Lei n.º 147/2013, de 22 de outubro
(Ministério da Educação e Ciência)

Procede à alteração do reconhecimento de interesse público e da denominação do Instituto Superior de Línguas e Administração de Vila Nova de Gaia para ISLA - Instituto Politécnico de Gestão e Tecnologia.



Decreto Regulamentar n.º 7/2013, de 23 de outubro
(Ministério da Educação e Ciência)

Procede à terceira alteração do Decreto Regulamentar n.º 3/2008, de 21 de janeiro, que estabelece o regime da prova de avaliação de conhecimentos e capacidades prevista no artigo 22.º do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário.

Aviso n.º 96/2013, de 24 de outubro
(Ministério dos Negócios Estrangeiros)

Torna público que foram cumpridas as formalidades internas de aprovação do Acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Popular da China sobre o Reconhecimento de Graus Académicos e de Períodos de Estudo no Ensino Superior, assinado em Pequim, em 12 de janeiro de 2005.

Portaria n.º 320/2013, de 24 de outubro
(Ministério da Educação e Ciência)

Fixa os montantes do subsídio anual por aluno concedidos ao abrigo de contratos simples e de desenvolvimento celebrados entre o Estado e os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo.

Portaria n.º 321/2013, de 28 de outubro
(Ministério da Educação e Ciência)

Altera (segunda alteração) a Portaria n.º 731/2009, de 7 de julho, que cria o Sistema de Formação e de Certificação em Competências TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) para docentes em exercício de funções nos estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

11. EMPRESAS

- **EMPRESAS PÚBLICAS**

Portaria n.º 712/2013, de 29 de outubro
(Ministérios das Finanças e da Economia - Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento e das Infraestruturas, Transportes e Comunicações)

Autoriza o Metro de Lisboa a proceder à repartição dos encargos relativos ao contrato de Aquisição de Serviços de Manutenção do Centro de Comando Centralizado de Energia e Unidades Remotas de Telecomando (URT's) da Rede de Energia.

12. ENERGIA

Diretiva n.º 18/2013, de 21 de outubro
(Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)

Aprova o manual de procedimentos para a repercussão das taxas de ocupação do subsolo sobre os consumidores de gás natural.



13. FINANÇAS

- **BANCA**

Aviso do Banco de Portugal n.º 4/2013, de 21 de outubro
(Banco de Portugal)

Altera a parte 2 do anexo III do aviso n.º 5/2007, de 18 de abril, no que respeita ao cálculo de requisitos de fundos próprios relativo aos compromissos de pagamento irrevogáveis decorrentes das contribuições obrigatórias para o Fundo de Garantia de Depósitos.

- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**

Decreto-Lei n.º 151-A/2013, de 31 de outubro
(Ministério das Finanças)

Aprova um regime excecional de regularização de dívidas fiscais e à segurança social.

- **PATRIMÓNIO DO ESTADO**

Despacho n.º 13687/2013, de 28 de outubro
(Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional - Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Defesa Nacional)

Extingue a Comissão de Coordenação da Execução das Operações à Rentabilização dos Imóveis (LPIM).

14. INDÚSTRIA

Decreto-Lei n.º 145/2013, de 21 de outubro
(Ministério da Agricultura e do Mar)

Transpõe a Diretiva n.º 2012/12/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de abril de 2012, que altera a Diretiva n.º 2001/12/CE, relativa aos sumos de frutos e a determinados produtos similares destinados à alimentação humana, e procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 225/2003, de 24 de setembro.

15. JOGOS DE FORTUNA E AZAR

Portaria n.º 322/2013, de 30 de outubro
(Presidência do Conselho de Ministros)

Fixa as normas regulamentares necessárias à repartição dos resultados líquidos de exploração dos jogos sociais atribuídos à Presidência do Conselho de Ministros.



16. JUSTIÇA

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 636/2013, de 21 de outubro **(Tribunal Constitucional)**

Decide declarar, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade da norma constante do artigo 70.º, n.º 1, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo, interpretada no sentido de que existindo distribuição domiciliária na localidade de residência do notificado, é suficiente o envio de carta, por via postal simples, para notificação da decisão de cancelamento do apoio judiciário, proferida com fundamento no artigo 10.º da Lei n.º 34/2004, de 29 de julho.

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 637/2013, de 21 de outubro **(Tribunal Constitucional)**

Decide declarar, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade da norma constante do n.º 4 do artigo 28.º da Lei n.º 34/2004, de 29 de julho, na interpretação segundo a qual o juiz pode conceder provimento à impugnação apresentada pela parte contrária, nos termos do n.º 5 do artigo 26.º, do mesmo diploma, sem que ao beneficiário do apoio judiciário seja dado conhecimento da impugnação e sem que lhe seja dada possibilidade de a contraditar.

Declaração de Retificação n.º 42/2013, de 24 de outubro **(Assembleia da República)**

Declara ter sido retificada a Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto, sobre «Lei da Organização do Sistema Judiciário», publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 163, de 26 de agosto de 2013.

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 602/2013, de 24 de outubro **(Tribunal Constitucional)**

Decide não declarar a inconstitucionalidade de diversas normas e declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, de várias outras normas do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, com a redação dada pela Lei n.º 23/2012, de 25 de junho.

Declaração de Retificação n.º 43/2013, de 25 de outubro **(Presidência do Conselho de Ministros – Secretaria – Geral)**

Retifica a Portaria n.º 284/2013, de 30 de agosto, do Ministério da Justiça, que procede à quinta alteração da Portaria n.º 419-A/2009, de 17 de abril, que regula o modo de elaboração, contabilização, liquidação, pagamento, processamento e destino das custas processuais, multas e outras penalidades, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 167, de 30 de agosto de 2013.

Declaração de Retificação n.º 44/2013, de 25 de outubro **(Presidência do Conselho de Ministros – Secretaria - Geral)**

Retifica a Portaria nº 280/2013, de 26 de agosto, do Ministério da Justiça, que regula vários aspetos da tramitação eletrónica dos processos judiciais, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 163, de 26 de agosto de 2013.

Declaração de Retificação n.º 45/2013, de 28 de outubro **(Presidência do Conselho de Ministros – Secretaria - Geral)**

Retifica a Portaria n.º 282/2013, de 29 de agosto, de 29 de agosto, do Ministério da Justiça, que regulamenta vários aspetos das ações executivas cíveis, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 166, de 29 de agosto de 2013.



Declaração n.º 230/2013, de 28 de outubro

(Assembleia da República - Conselho dos Julgados de Paz)

Declara ter sido aprovado, por deliberação do Conselho dos Julgados de Paz de 8 de outubro de 2013, o Regulamento das Nomeações de Juizes de Paz.

17. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

- **QUESTÕES CONSULARES**

Portaria n.º 717/2013, de 31 de outubro

(Ministérios das Finanças, dos Negócios Estrangeiros, da Administração Interna e da Justiça - Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças, dos Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros e da Administração Interna e da Ministra da Justiça)

Altera a Portaria n.º 1245/2006, de 25 de agosto (define o regime das taxas aplicadas à emissão do passaporte electrónico).

Aviso (extrato) n.º 13244/2013, de 31 de outubro

(Ministério dos Negócios Estrangeiros – Secretaria - Geral)

Torna público as taxas de câmbio adotadas na cobrança de emolumentos consulares a efetuar a partir de 1 de novembro de 2013.

18. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Resolução do Conselho de Ministros n.º 67/2013, de 28 de outubro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Procede à alteração (primeira alteração) da Resolução do Conselho de Ministros n.º 176/2008, de 24 de novembro, que altera o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional, adequando a possibilidade de realização de algumas utilizações do plano de água da albufeira de Monte Fidalgo.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2013, de 28 de outubro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova a suspensão parcial do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sado-Sines e estabelece medidas preventivas para as áreas de proteção costeira adjacentes aos empreendimentos turísticos no concelho de Grândola.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/2013, de 28 de outubro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Prorroga o prazo de vigência da suspensão parcial dos Planos Diretores Municipais de Gouveia e Seia, bem como o prazo de vigência das respetivas medidas preventivas, estabelecidas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 35/2011, de 17 de agosto.



19. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**

Decreto Legislativo Regional n.º 20/2013/A, de 21 de outubro
(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Define a forma de registo de tempos de trabalho e as condições de publicidade de horário dos trabalhadores afetos à exploração de veículos automóveis que circulem exclusivamente na Região Autónoma dos Açores.

20. SAÚDE

Portaria n.º 319/2013, de 24 de outubro
(Ministérios da Administração Interna e da Saúde)

Define os requisitos mínimos e os equipamentos para avaliação médica e psicológica, relativamente ao pessoal de vigilância.

Despacho n.º 13564/2013, de 24 de outubro
(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Estabelece disposições no âmbito dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (SPMS, E.P.E.), referente aos Contratos Públicos de Aprovisionamento (CPA), que determinam as condições de fornecimento de Medicação Antialérgica, Medicamentos usados no Tratamento de Intoxicações, Vitaminas e Sais Minerais e Grupo 20.9 - Outros Produtos.

Despacho n.º 13703/2013, de 28 de outubro
(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Altera o Despacho n.º 2061-C/2013, de 4 de fevereiro de 2013, relativo à Comissão Nacional de Farmácia e Terapêutica, procedendo ao aditamento de um representante da Direção-Geral da Saúde.

Despacho n.º 13788/2013, de 29 de outubro
(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde)

Determina o fim (termina às 23h59 do dia 31 de dezembro de 2013) do período experimental do Sistema de Informação dos Certificados de Óbito (SICO) e a obrigatoriedade da utilização do mesmo para a certificação dos óbitos ocorridos em território nacional a partir das 0 horas de 1 de janeiro de 2014.

Despacho n.º 13877-A/2013, de 30 de outubro
(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Designa, nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde (SNS), Centros Especializados para Utilização Excecional de Medicamentos (CEUEM), por patologias ou grupo de patologias.



21. TRABALHO

Decreto Legislativo Regional n.º 20/2013/A, de 21 de outubro **(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)**

Define a forma de registo de tempos de trabalho e as condições de publicidade de horário dos trabalhadores afetos à exploração de veículos automóveis que circulem exclusivamente na Região Autónoma dos Açores.

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 602/2013, de 24 de outubro **(Tribunal Constitucional)**

Decide não declarar a inconstitucionalidade de diversas normas e declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, de várias outras normas do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, com a redação dada pela Lei n.º 23/2012, de 25 de junho.

• FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Portaria n.º 324/2013, de 31 de outubro **(Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Administração Interna)**

Define o curso de formação para o exercício da função de coordenador de segurança e revoga a Portaria n.º 181/2010, de 26 de março.

Portaria n.º 326/2013, de 01 de novembro **(Presidência do Conselho de Ministros)**

Define os aspetos relativos às ações de formação contínua de treinador de desporto.

22. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

• TRANSPORTES

Decreto-Lei n.º 151/2013, de 30 de outubro **(Ministério da Economia)**

Transpõe a Diretiva n.º 2002/24/UE, da Comissão, de 8 de outubro, e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 53/2013, de 17 de abril, que estabelece os requisitos relativos às tomadas de força e respetiva proteção dos tratores agrícolas e florestais com rodas.



- **SEGURANÇA RODOVIÁRIA**

Despacho n.º 13771/2013, de 29 de outubro

(Ministério da Administração Interna - Gabinete do Ministro)

Determina a verba a ser entregue pelo Fundo de Garantia Automóvel à Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária.

Declaração de Retificação n.º 46-A/2013, de 01 de novembro

(Assembleia da República)

Declara ter sido retificada a Lei n.º 72/2013, de 3 de setembro, sobre «Décima terceira alteração ao Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, e primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro», publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 169, de 3 de setembro de 2013.

23. TURISMO E LAZER

- **LAZER**

Portaria n.º 325/2013, de 01 de novembro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 205/2013, de 19 de junho, que aprova o Regulamento do Programa de Ocupação de Tempos Livres.